



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de junho de 2025 - Ata n.º 49.

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelas Sr.^{as} Deputadas **Marcia Huçulk** (na função de 1.^a Secretária) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **49.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto a 1.^a Secretaria se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Boa tarde, Sr.^a Presidente. Sim. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 117/2025** da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º**



400/2025 do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 259/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.434; **Ofício n.º 401/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 786/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.435; **Ofício n.º 402/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 703/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.436; **Ofício n.º 403/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 91/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.437; **Ofício n.º 404/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 199/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.440; **Ofício n.º 405/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 130/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.439; **Ofício n.º 406/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 103/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.438; **Ofício n.º 407/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 464/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.443; **Ofício n.º 408/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 407/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.442; **Ofício n.º 409/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 626/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.441; **Ofício n.º 410/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 66/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.433; **Ofício n.º 411/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 141/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.445; **Ofício n.º 412/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 207/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.444; **Ofício n.º 413/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 322/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.446; **Ofício n.º 414/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 339/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.456; **Ofício n.º 415/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 84/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.448; **Ofício n.º 417/2025** do



Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 757/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.447; **Ofício n.º 418/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 108/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.452; **Ofício n.º 419/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 50/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.449; **Ofício n.º 420/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 574/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.450; **Ofício n.º 422/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 44/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.455; **Ofício n.º 424/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 104/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.453; **Ofício n.º 1154/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 1156/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1157/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1158/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1159/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1160/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 1161/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Maria Victória; **Ofício n.º 1162/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1163/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.º 1164/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Marli Paulino; **Ofício n.º 1165/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1166/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1167/2025** da Casa Civil, encaminhando



resposta a requerimento de autoria da Deputada Ana Julia; **Ofício n.º 1627/2025** da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ney Leprevost.

É o que tinha para hoje, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Vamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Delegado Tito Barichello. Gostaria de aproveitar a oportunidade para desejar as boas-vindas, hoje temos a visita de acadêmicos do curso de Direito, do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Inspirar, acompanhados pela Professora Dr.^a Ana Cristina. Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição e o Deputado Ricardo Barros. Como está o senhor, tudo bem? Cumprimento você que me assiste através da *TV Assembleia*. E quero cumprimentar de uma forma específica o Investigador Aldair Leôncio, o Sargento Andrade e Jean Galette, que quero homenagear em momento futuro. Agradeço pela presença. São da região de Quedas do Iguaçu. Senhores, procuro aqui o Deputado Renato Freitas e não encontro. Olho para a Assembleia Legislativa, Deputado Arruda, e não vejo o Deputado, que aparentemente não está presente, Renato Freitas. No entanto tomei ciência, através do Requerimento n.º 1.253/2025, que o Deputado Renato Freitas está, pasmem, em uma jornada imersiva por 5 mil anos da civilização chinesa. O que o Deputado Renato Freitas, Sr. Presidente, foi fazer na China? Tenho a certeza de que foi compreender a ditadura chinesa. Não há uma outra explicação! Tenho ciência também de que o comércio entre a China e o Brasil é bastante exasperado e precisamos fomentar o comércio, mas não é isso o que ele foi fazer, não. Ele foi, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, estudar o modelo ditatorial chinês, porque lá, senhores, tem um



partido único. Sim, tem um partido único! Não é como aqui, Sr. Presidente, em que a senhora é do União Brasil, o Líder do Governo é do PSD, temos pessoas aqui do Partido Trabalhista – PT, dos trabalhadores, temos democratas, temos republicanos. Não, lá na China é um partido único, é o Partido Comunista. É uma ditadura. E o Sr. Renato Freitas foi estudar essa ditadura. Nessa ditadura, pasmem, o Presidente controla o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Isso mesmo, senhores! Não existe a tripartição dos Poderes, não existe a separação dos Poderes! Lá está tudo nas mãos de uma única pessoa, como acontecia no passado, com os reis da antiguidade, na Idade Média, na época do Direito Penal do terror. Vamos lembrar, pré-Revolução Francesa de 1789, o poder nas mãos do Rei. Lembram Luiz XIV? “*O Estado sou eu.*” Lá na China, o *Estado sou eu* ditador, controla o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E, Sr. Presidente, como funcionam as redes sociais nesse modelo, nesse lugar que o Deputado Renato Freitas foi visitar? Como funcionam o *Tik Tok*, o *Instagram* e o *Facebook*? Como funciona o *YouTube*? Senhores, não funciona, porque lá o Estado tem as suas próprias plataformas. É isso mesmo que você está escutando neste momento, na China, onde está o Deputado Renato Freitas, o modelo comunista afastou as plataformas tradicionais, as *big techs* que conhecemos, e o que fez o Partido Comunista? Criou as suas próprias *big techs*, criou as suas próprias plataformas. Para quê, Líder do Governo? Criaram as plataformas para controlar a manifestação de opinião. Existe, então, liberdade de opinião na China, onde está o Deputado Renato Freitas? Não existe. Inexiste. Por quê? Porque o Partido Comunista, que controla tudo e todos, também controla as redes sociais. E aqui no Brasil, coincidentemente, o partido do Governo Federal quer controlar as redes sociais e, coincidentemente, o Deputado Renato Freitas está na China neste momento, estudando esse modelo ditatorial para, quem sabe, até tentar aplicar no Brasil. Mas aqui no Brasil, não! Não vamos permitir o controle das redes sociais. Não vamos! Não vamos permitir uma ditadura do Judiciário. Não vamos! Enquanto eu tiver mandato, não vou permitir. Porque a liberdade é um bem jurídico de



primeira geração. É isso mesmo! Um bem jurídico, pessoal, de primeira dimensão. Vamos lembrar da liberdade, que é a base de uma sociedade, que é a estrutura de manutenção de um Estado Democrático de Direito. A liberdade de cada um de vocês de se manifestar, de ir, de vir, de expor as opiniões é algo intransigível... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): A liberdade de opinião é intransigível, é inegociável. Não queremos esse modelo chinês que o Deputado Renato Freitas quer trazer aqui para o Brasil. Para cá, não, Sr. Renato Freitas. Aproveite, *data maxima venia*, e fique na China.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*, primeiramente quero fazer aqui um breve comentário. Tenho visto aqui que o Secretário da Saúde do Paraná, Deputado Federal Beto Preto, tem feito muita campanha, dizendo que está indo muito mal a campanha de vacinação no Paraná. E concordo. Sabemos que a campanha de vacinação é muito importante, das vacinas tradicionais principalmente – tem a vacina da gripe embora eu ache que começamos muito tarde a vacinação com a vacina da gripe, tinha que ter começado antes, não esperar chegar o frio para vacinar. E vou reafirmar aqui o que já falei e repito ao Secretário da Saúde do Paraná: A campanha nos colégios está indo mal porque o senhor insiste em obrigar essa vacina da covid em crianças. Já pedi mais de uma vez: pare de pressionar os pais, pare de perseguir os pais que não querem dar esse veneno aos filhos. Estou falando aqui



exclusivamente desse produto experimental chamado de vacina contra a covid, que não é vacina, que é uma terapia gênica, como revela a Conitec. Produto experimental, que não foi testado e que já tem estudos robustos de graves efeitos colaterais e que nenhum país do mundo – nenhum – está obrigando vacinar crianças. Já pedi aqui ao Governador e espero que ele me atenda, para que deixe aqui no Paraná optativo, dar quem quer essa porcaria de vacina contra a covid. A hora em que parar de pressionar os pais, os pais vão vacinar os filhos com todas as vacinas que tem que vacinar – e eu defendo. O medo de todos os pais é a vacina da covid. Agora o FDE, nos Estados Unidos, já retirou do calendário a vacina da covid em crianças e em mulheres grávidas. Por que o Brasil insiste nisso? O Governo Zema, lá em Minas, acabou, não tem pressão para vacinar, não. Está livre, dá quem quer. São Paulo também. E espero que o Paraná, em breve, faça o mesmo e dê liberdade aos pais. Parem de multar os pais, de perseguir pais e ameaçar pais aqui, aí vocês vão melhorar a campanha de vacinação. Mudando o tema aqui agora, quero falar que a esquerda age igual no mundo inteiro. Eles falam que é a direita que é cheia de ódio, eles são do amor. O amor uma ova. Alguém já viu algum candidato de esquerda ser executado ou tentativa de matá-lo? Não, a direita não age assim. O ódio está na esquerda que não aceita o contraditório, que não aceita quando tem um candidato que pode vencer as eleições. Você lembra o Trump? Tentaram matar duas vezes. Quem? A esquerda. Vocês lembram o Presidente Bolsonaro? Tentaram tirar a vida dele com a facada. Agora, na Colômbia, mais uma vez a esquerda manda um menor de idade atirar no candidato mais forte que tinha lá. E por que um menor de idade? Porque é tudo combinado. Porque o menor não pode ser preso. Aí o Presidente lá da Colômbia diz que temos que proteger os menores. É uma canalhice que não tem limite. Impressionante. *Modus operandi* da esquerda é sempre igual no mundo inteiro. Se eles não ganham no voto, eles ganham matando ou prendendo. Aqui no Brasil tentaram matar Bolsonaro, não deu. Agora vão tentar prendê-lo, inventando uma teoria de um golpe. Um golpe que está na cabeça desse ditador



de toga chamado Alexandre de Moraes, em conluio com o Governo Lula e com a *Rede Globo*. Que vergonha! Desafio qualquer esquerdistas e qualquer parlamentar aqui a achar, no mundo, um golpe de Estado em que não houve fuzil e tanque de guerra. Não tem. Não existe e nunca vai ter. E nunca houve nenhuma tentativa de golpe aqui. O que houve foi um golpe da esquerda em pôr os infiltrados para invadir, no dia 8, os Poderes. Esses infiltrados desapareceram e as filmagens – o pouco que tem – mostram que um grupinho estava lá dentro quebrando tudo, que o Cel. G. Dias estava lá dando apoio, que tem militar chutando e quebrando móvel também. E que, de repente, o Flávio Dino desapareceu com mais de 300 ou 400 câmeras. Como pode isso? Sumir com as imagens? É sempre assim que a esquerda age: com a maldade, com o ódio, com a violência. Hoje está lá sendo interrogado, sendo ouvido, o traidor, o tal do Cel. Cid. Covarde, omisso e vai ser ouvido o Presidente Bolsonaro também. E o mundo está vendo isso aí, essa vergonha. O mundo está esperando para ver o que o Xandão vai fazer antes de receber as sanções dos Estados Unidos, que chegarão em breve. Essa farsa do golpe, isso já derreteu, já virou pó e eles continuam insistindo. Pegando os mais covardes e traidores para depor a favor do que eles querem ouvir, mas...

Deputado Ademar Traiano (PSD): Deputado Arruda, V.Ex.^a me concede um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Ademar Traiano (PSD): Eu apenas gostaria, Deputado Arruda, ouvi no início do seu pronunciamento, uma fala criticando o Secretário Beto Preto. Quero lhe dizer o seguinte: tenho o maior apreço a V.Ex.^a, convivo extremamente bem, mas tenho que divergir em relação ao seu posicionamento quando critica o Secretário Beto Preto. Acho que o Secretário tem uma imagem aqui no Estado do Paraná digna e merecedora de todo respeito. Conviveu na pandemia, não houve um escândalo que pudesse afetar a Secretaria de Saúde, muito menos o Governo



do Estado. A questão vacina é uma questão científica. Não discuto sobre vacina, até porque não entendo nada de vacina. Prefiro me balizar por situações científicas de pessoas que, realmente, têm amplo conhecimento. Eu não tenho. Portanto, atacar o Secretário em relação ao posicionamento seu em defesa da saúde do Estado, gostaria de divergir de V.Ex.^a e repensasse a sua fala. Sei do seu posicionamento, compreendo, tem uma posição em relação à vacina, mas prefiro ficar com a ciência e quero crer que o Secretário Beto Preto também caminha nesse sentido. Então, apenas esse aparte para que V.Ex.^a pudesse, ao tempo em que faz determinadas críticas, fazer essa análise criteriosa em relação à atuação do Secretário Beto Preto.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado pela palavra, Deputado Traiano. Da mesma forma, sigo a ciência. Infelizmente, nesta pauta da vacina da covid, o Secretário Beto Preto não está seguindo a ciência, não está estudando, não está vendo estudos robustos randomizados criticando essa vacina. O relatório do Congresso Americano tem 500 páginas. Por que ele não procurou ler? Está lá explicado. Os médicos Peter McCullough e outros médicos renomados mundialmente criticam veementemente e mostram, por provas de necropsia, que essa vacina está matando. E eu vou me calar como Deputado? Deixar os pais colocar em risco a vida das crianças? Não. Não sou omissos, Deputado Traiano. Eu tenho que fazer a minha crítica. Estou criticando o Secretário não na gestão dele como Secretário, apenas no tema vacina da covid, onde ele se omite a ouvir a verdade. Onde ele não veio em nenhuma Audiência Pública que fizemos aqui nesta Casa com a participação de médicos internacionais e não mandou nenhum representante. Onde ele não se presta para ler nenhum estudo contra esse produto. Onde ele não se presta para ler que essa vacina não é obrigatória, ela não foi incluída no PNI. Foi feita apenas uma nota técnica pela antiga Ministra do Lula, que torna a vacina optativa, *enfermativa*. Para estar inclusa no PNI, deveria ter sido feito um Decreto e publicação no Diário Oficial da União, como diz a lei.



Como disse a Promotora de Ascurra-SC, que derrubou ação contra os pais, em que os pais tinham razão. Como disse um juiz do Tribunal de Justiça do Paraná, disse a mesma coisa, que não é obrigatório, que é um experimento ainda e que os pais têm todo direito de proteger seus filhos. Se promotor, se juiz já estão entendendo, como que o Secretário da Saúde não quer entender isso?... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, repito, por que o Secretário da Saúde do Paraná se nega a dar a informação ao Deputado, porque pedi para ele – fiz um requerimento –, em novembro pedindo o total de mortes de pessoas, até 22 anos, pós-covid, após essa injeção? E ele se nega a me entregar o relatório. Tive que, novamente, fazer esse pedido e vou ter que entrar judicialmente, porque eu, como Deputado, tenho que fiscalizar e tenho que mostrar a verdade à população. As mortes súbitas de jovens após essa vacina aumentaram no mundo mais de 200%. Eles querem esconder essa informação. Inaceitável isso. Temos que defender a verdade na tribuna e vou defendê-la. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Luciana Rafagnin. Gostaria de anunciar a presença do Sr. Ivanor Bernardi, ex-Prefeito de Corbélia. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis, a pedido do Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, estudantes que acompanham esta Sessão, também quem nos acompanha aqui presencialmente e também pelas redes sociais, uma saudação especial. Hoje ao usar da tribuna, Sr.^a Presidente, inicialmente quero agradecer



esta Casa pela aprovação unânime ao Projeto que é de minha autoria, Projeto n.º 218/2022, que propõe uma proteção e atenção integral aos órfãos do feminicídio. Quando falamos do feminicídio, sabemos que é um assunto muito doloroso, que é um assunto muito delicado, Deputada Márcia, especialmente, quando falamos dos órfãos do feminicídio. Porque, infelizmente, nos maiores casos de feminicídio, o assassino é um ex-companheiro, um companheiro, e, infelizmente, a criança fica totalmente órfã de pai e de mãe. Por isso o Estado precisa sim garantir toda a atenção a essas crianças e é isso que prevê o Projeto: uma garantia de um atendimento à saúde, garantia de um atendimento com psicólogo, garantia da educação. Então, esse atendimento básico que chamamos, mas que é preciso que o Estado acolha essa criança e dê toda a atenção que ela necessita. Por isso que protocolei este Projeto nesta Casa e, na semana passada, teve aprovação unânime. Quero agradecer imensamente a todos os Deputados e Deputadas que votaram favoravelmente, e até os Deputados que subscreveram também este Projeto, que apoiaram este Projeto, subscreveram junto comigo. Hoje vinha para falar de alguns outros assuntos, nesta tribuna, mas não posso deixar de falar aqui... Ouvi atentamente alguns deputados que me antecederam. Primeiro não consigo entender porque que alguns Deputados têm uma obsessão com relação ao Deputado Renato. Vejo que o Renato faz um trabalho brilhante, com certeza, tem alguns problemas – como todos nós, Deputados, também temos –, mas vejo que faz um trabalho brilhante e não entendo porque que até a não presença dele na Sessão incomoda alguns Parlamentares. Vejo Deputados nesta Casa viajando, indo, vindo, não só no Brasil, mas fora do Brasil também, em outros países. Nunca vi ninguém aqui falar, reclamar ou cobrar alguma coisa. Não entendo por que vir fazer essa cobrança com relação à China. Inclusive por se tratar de um País onde tem ditadura, e vi aqui Parlamentares defendendo o 8 de janeiro, que foi um ato que pedia ditadura, vejo Deputados defendendo a ditadura aqui nesta tribuna. Aí critica com preocupação que o Renato está na China, se foi estudar a ditadura chinesa. Então isso preocupa um pouco, mas acredito também



que o Renato é um Deputado que tem luz própria e talvez isso esteja ofuscando alguns que se sentem tão preocupados pelo trabalho, pela presença dele nesta Casa. Outra questão que quero levantar aqui, vem justamente o que foi mencionado com relação ao golpe do 8 de janeiro. É bem claro que o 8 de janeiro não é uma questão da imprensa, foi dito pelas pessoas que participaram do ato de 8 de janeiro, que realmente queriam dar um golpe, que realmente a tentativa foi o fechamento dos três Poderes. Não é uma questão de o Ministro Alexandre de Moraes falar que é golpe. É uma questão do que é verdadeiro, do que foi que aconteceu em 8 de janeiro. É preocupante? Claro que é. E, inclusive, fazia parte do golpe, estava planejado, o assassinato do Alexandre de Moraes, do Vice-Presidente Alckmin e do Presidente Lula. Isso está bem claro, só não enxerga e não admite quem não quer, quem quer passar a opinião para outras pessoas falando que são os donos da verdade. Quando olhamos para isso, tem um assunto que preocupa muito, porque o que estava acontecendo em 8 de janeiro, além de tudo que aconteceu – do quebra-quebra, dos grandes prejuízos que trouxeram para o Brasil –, era o que realmente queriam que acontecesse com o Brasil, que era uma ditadura. Quem defende parou para pensar, para analisar o que foi a ditadura aqui no Brasil em 1964 até 1985? É isso realmente que defendiam para o nosso Brasil? Esse retrocesso é tão insensível com as vidas que se perderam em 1964 – de 1964 a 1985. Não tem nada de humano nessas pessoas para pedir a volta de uma ditadura? É muito triste isso! Portanto, fica aqui claro: que bom que prevaleceu a democracia. Isso, inclusive, nos dá o direito de estarmos aqui hoje, Deputada Cloara, porque se fosse como em 1964, sabe quantos Deputados foram cassados nesta Casa, quantos Deputados foram cassados durante a ditadura? Possivelmente, nem estaríamos aqui fazendo este discurso no dia de hoje. Gostaria também de falar do esforço todo que o Presidente Lula vem fazendo para, realmente, reconstruir o nosso Brasil. Porque, ao assumir novamente o Brasil, o Presidente Lula teve que reconstruir todas as políticas públicas que vinham sendo construídas durante as décadas que o PT



governou. Políticas públicas que realmente têm um impacto muito positivo na vida das pessoas, que vão com relação à educação, à habitação, que vão com relação à inclusão social, à geração de empregos. E aqui, Deputados que defendem tanto o presidente que antecedeu agora o Governo Lula, eu falava outro dia: gostaria que nominassem quais foram as ações positivas desse Governo? Quantas universidades fez o Bolsonaro? Quantas universidades? Quanto investiu na educação? Quanto investiu na educação, desde o CMEI, da educação infantil até nosso ensino superior? Quantas casas foram construídas no Brasil? Agora, na reconstrução do Brasil, o Governo Lula tem investido muito para que todas as famílias que tenham o sonho da casa própria possam ter esse sonho realizado. Por isso, tem como meta mais de 2 milhões de unidades habitacionais até 2026. Voltou a investir recursos nas universidades. Voltou a colocar recursos na saúde, inclusive com o Programa *Mais Médicos*, que é muito importante – que inclusive o Estado do Paraná já tem mais de mil médicos que vieram agora pelo *Mais Médicos*, um Programa do Governo Lula. Médicos que estão sendo levados a todos os cantos dos municípios onde não tinha nenhum médico, e o *Mais Médicos* chega lá. O Programa também prevê mais de 41 tipos de medicamentos na Farmácia Popular. O Governo Lula criou o *Desenrola Brasil*, que é para poder fazer com que as pessoas possam voltar a ter o nome limpo, possam voltar a ter financiamentos para poder investir seja na pequena, na média empresa, seja na agricultura familiar, possam voltar a fazer financiamentos, voltar a investir, a gerar empregos. Tem batido recorde na geração de empregos. Temos a menor taxa de desemprego do País, pouco mais de 6% de pessoas que estão desempregadas no nosso Brasil... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.



DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): São inúmeras as ações positivas que o Governo Lula vem fazendo no nosso Brasil. Temos alguns gargalos, sim; temos algumas dificuldades, sim, mas já fizemos e estamos fazendo bastante pelo nosso Brasil. O Presidente Lula vem realmente reconstruindo o Brasil, fazendo com que a esperança volte no olhar do povo brasileiro, que volte a sonhar, que volte a sorrir, que volte realmente a sentir orgulho de ser brasileiro. Porque voltou a colocar o Brasil, inclusive, como um país reconhecido no mundo todo. Internacionalmente, o Brasil volta a ser respeitado. Coisa que não foi no Governo Bolsonaro. Muito obrigada, Sr.^a Presidente; muito obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Antes de anunciar o próximo orador, gostaria de pedir ao 1.^º Secretário que possa ler as Mensagens recebidas agora do Governo.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB):

Mensagem n.^º 46/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 414/2025) que altera a estrutura de Cargos Comissionados Executivos, Funções Comissionadas Executivas e Funções Comissionadas de Confiança da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, e dá outras providências; **Mensagem n.^º 47/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 415/2025) que altera a Lei n.^º 20.121, de 31 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná pelo Instituto Agronômico do Paraná, e dá outras providências; **Mensagem n.^º 48/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º



416/2025) que institui a Taxa de Atos de Inquérito e a fonte vinculada de receita da Polícia Civil do Paraná. Era isso, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato. Eu gostaria de anunciar a presença do Secretário de Planejamento de Dois Vizinhos, Sr. Carlos Mangini, acompanhado do Diretor de Obras, Sr. Jorge Didoné; do Vereador de Antônio Olinto, Sr. Marinaldo Lemes; do Ex-Vereador de São Mateus do Sul, Sr. Paulo Ferreira; todos a pedido do Deputado Adão Litro. Também seja bem-vindo o Sr. Wagner Wolff, Vereador de São Mateus do Sul.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidenta, muito boa tarde a todas e a todos. Subo aqui hoje para falar de uma coisa muito grave, mas bem grave, relacionada a este Governo do Estado. Volto a falar sobre o caso Fapec, um contrato milionário sem transparência, com indícios fortes de irregularidades – apontadas pelo Tribunal de Contas – firmado com essa Fundação de Apoio à Pesquisa e à Cultura do Mato Grosso do Sul. O mais grave de tudo é que o Governo, simplesmente, ignora esta Casa. Em 24 de março, em um acordo firmado com a Liderança do Governo aqui, enviamos um Requerimento com pedido de explicações, o n.^º 457/2025. Faz mais de dois meses e nada de respostas, o Governo prometeu e não cumpriu, um desrespeito a esta Casa. Praticamente, nenhuma informação da execução desse contrato com a Fapec. É inaceitável a forma com que se tratam os recursos públicos. Esse contrato inicial de R\$ 38 milhões, sem licitação, de abril de 2024 não é o único. A Fapec também tem outros contratos com este Governo: um contrato com a Secretaria de Educação no valor de R\$ 58,3 milhões, assinado em setembro de 2022, sem licitação, um mês antes das eleições para o Governo do Estado; um contrato também com a Paraná Educação, no valor de R\$ 36,8 milhões, assinado em julho de 2023. Um contrato por ano, coincidentemente, os três maiores contratos que a



Fapec tem ao longo da sua existência e em atividade. As irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas ainda estão sem serem sanadas. Somando os três contratos, estamos falando de R\$ 133 milhões de reais, contratados sem licitação. Em maio deste ano, no dia oito, um *blog* político de Curitiba revelou que o TCE já tinha identificado falhas no contrato da Casa Civil, elencou orçamento mal estruturado, sem controle real de gastos. O Governo Ratinho não comprovou valores dos contratos e nem comparou o custo com outras fundações, de como poderiam ser esses contratos. Fica a pergunta: qual é a intenção de uma coisa tão mal-arrumada assim? A minha equipe foi pesquisar e quero trazer alguns apontamentos. Alguém conhece esta Casa Agropecuária aqui no Paraná? Ela recebeu R\$ 507 mil de um contrato. Ah, gente, desculpa, ela não é do Paraná, ela é de Campo Grande no Mato Grosso do Sul – R\$ 507 mil de compra de insumos agrícolas para um contrato de inovação, de modernização. Está, aqui, ó! Comprando – foi feita a compra, está no *site* da Fapec, porque no Governo do Estado não temos acesso aos documentos – R\$ 507 mil. Incentivando o comércio de Mato Grosso do Sul, será que essa pergunta que tenho que fazer? O próprio Governo do Paraná não gasta no Paraná, porque o ICMS do Paraná, aprovado pela Base do Governo, é o mais caro do Brasil. O que tem por trás, em um contrato de inovação, a compra em uma Casa Agropecuária e uma casa bem modesta, bem humilde. Olhem aqui a foto, a imagem da simplicidade, meio milhão de reais gastos lá. Outro exemplo também é um gasto no valor de R\$ 107 mil, em uma empresa de material de construção civil, em Rio do Sul, Santa Catarina, estão presentes no contrato de gestão e inovação do Governo do Paraná, de consultoria, de propriedade intelectual de *software* e de inteligência. Está, aqui, compra em Santa Catarina, R\$ 107 mil, em uma loja de material de construção civil, em Rio do Sul. Fica a pergunta: o Governo do Paraná contratou um serviço de inteligência de *expertise* única, pois tem a licença e a dispensa de licitação para ser feito esse processo, falando que eles tinham capacidade notória e estão comprando produto físico fora do Estado do Paraná? Além de burlar a Lei de



Llicitação, é um crime contra os empresários aqui do Paraná. Tem outras ainda: aqui tem um gasto de R\$ 245 mil contratados de uma empresa de aço para estrutura metálica em Bragança Paulista. E tem muitos mais casos. Mas o que estou perguntando? Como o Governo do Paraná, no seu *compliance propagandioso*, não disponibiliza o contrato, as notas, que tenho pedido aqui há mais de 60 dias? Fomos pesquisar, essas informações são do Portal de Transparência da própria Fapec. Quero deixar clara uma coisa: pode ser que eu esteja equivocado, pode ser que as informações foram mal alimentadas lá ou tenham uma interpretação, da minha parte, errada. Mas se tinha que comprar produto, por que não teve licitação por parte do Estado do Paraná? Se tinha que comprar produto, por que não aqui do Paraná, das empresas paranaenses? Por que buscar serviços básicos, encontrados em qualquer lugar do Estado, fora do Paraná? Cadê a publicidade dessa nota fiscal? Hoje é o primeiro dia que estou entrando em detalhe mais técnico nesta Casa, mas vou aprofundar esse debate aqui dentro. Qual o significado, com contrato de gestão, modernização, inovação, metodologia, instrumentos técnicos, *software*, materiais gastos desse tipo? Se tem essa relação, o Governo que apresente o porquê e justifique o porquê dessas notas, nesses outros estados aqui. Será que o Paraná não tem nenhuma cooperativa agrícola capaz de fornecer produto aqui para o Estado? Aliás, tem que explicar qual é a relação de produto agrícola, com a dispensa de licitação feita para modernizar e inovar o sistema de gestão de educação do Paraná e da Casa Civil, porque o objeto dos dois são esses. Aliás, o objeto que tem disponível para se consultar, porque o resto está sendo mantido sob sigilo, não está sendo entregue, mesmo esta Casa aprovando requerimento para entregar os documentos, não se entrega. Então, o que pedimos? Que o Governo do Paraná firme o compromisso feito pela sua base política, traga essas informações para podermos estudar. Segundo, que o Tribunal de Contas tome medidas concretas, suspensão do contrato e também dos repasses, instalação de tomada de contas extraordinárias, conforme prevê o art. 236 do Regimento Interno do Tribunal de



Contas. Isso daqui não é um detalhe administrativo, estamos falando de R\$ 133 milhões contratados sem licitação e de um Governo que mais uma vez foge da transparência, que não respeita os processos que temos. Vamos ficar aqui cobrando esse processo da Fapec. É incrível o que estamos passando aqui. Hoje, Deputados e Deputadas, eu sei porque o Governo do Paraná não manda cópia para cá, porque não tem o que explicar. Hoje eu entendo porque mais de 60 dias no atraso no pedido de informações, não consegue explicar, não consegue colocar o porquê que comprou – se comprou – R\$ 500 mil em produto agrícola no Mato Grosso, em Campo Grande? Por que contratou estrutura metálica em Bragança Paulista? Por que fez compra em material de construção em Santa Catarina? E o *Invest Paraná*? Tem um programa que se chama *Invest Paraná*. Se o próprio Governo compra fora, imaginem o seu povo. O Governo deu subsídio financeiro para que... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Governo fez um contrato, faz repasses milionários, e nem sequer nesse contrato obriga que se compre produtos paranaenses. Não tem isso, não tem alguma consulta, nenhuma fundação, nem da UEM, nem da Unespar, nem da UEL, se elas poderiam desenvolver esse serviço, ou qual seria o preço que elas iam cobrar. E agora o Governo não responde à Casa, à Assembleia. Isso não é omissão, é estratégia, porque sabe do problema político que está por trás desses contratos. É estratégia, o silêncio nessas horas diz muito. É isso que nós estamos vendo. Eu aguardo mais uma semana para não ter que trazer outras fotos como esta aqui no Plenário, e nós ficarmos imaginando o que está acontecendo no Palácio do Iguaçu.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Hussein.



DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): O Deputado Artagão falará.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Pois não.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Gostaria de convidar os Deputados que compõem o bloco MDB-SD-PSB para, após o término desta Sessão, uma reunião na sala Arnaldo Busato. Muito obrigado.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Uma alegria mais uma vez poder reencontrar a todos no início desta semana com tantas boas novas, como aquelas que o Governo do Estado do Paraná tem anunciado em todas as regiões do Estado. Programas importantes, programas transformadores, programas que melhoram a vida das pessoas, programas diferenciados, que em outros momentos não foram realizados, mas que agora acontecem e melhoram a vida das pessoas. Como é bacana, como é alegre, como é festivo, você receber Prefeitos no Palácio, você receber Prefeitos nas Secretarias, receber Prefeitos nos gabinetes, e todos eles afirmando categoricamente que nunca o município foi tão agraciado com recursos, com projetos, com investimentos do Governo do Estado, como tem sido neste momento neste Governo Ratinho Junior. São recursos em todas as áreas, são recursos para a infraestrutura, como o Programa *Asfalto Novo Vida Nova*, onde os municípios estão recebendo pavimentação asfáltica para acabar com todas as ruas de leito natural, ou seja, as ruas de chão, nenhuma nos municípios pequenos ficará sem receber asfalto. Programas como os programas direcionados à nossa educação, que investem em melhorias, investem em capacitação, *Escola Mais*



Bonita, programas que têm atendido a nossa educação, Deputado Cobra, de uma forma diferenciada, ser considerada a número um do Brasil; investimentos como na área de sustentabilidade, fazendo com que o Paraná seja reconhecido como o estado mais sustentável; programas e investimentos como na inovação, Deputado Marcelo Rangel, fazendo também com que o Paraná seja reconhecido como o estado mais inovador do Brasil. Todos esses investimentos e esses programas são fruto de austeridade, são fruto de correção, são fruto de equilíbrio orçamentário, são fruto de boa conduta executiva. Essa foi ao longo dos anos a postura do Governo, e certamente essa continuará sendo a postura de todos aqueles que fazem parte deste Governo. É natural que questionamentos eventualmente sejam colocados, é natural que perguntas sejam feitas, é natural que dúvidas sejam levantadas, e é mais natural e necessário que essas dúvidas sejam esclarecidas. Foi este o compromisso desta Liderança, sob a coordenação do Deputado Hussein, que hoje não pode estar aqui, mas certamente será essa a posição da Bancada de sustentação do Governo Ratinho Junior aqui na Assembleia, de cobrar, de solicitar, de acompanhar os esclarecimentos. Porque se até aqui tivemos a certeza de que caminhamos ao lado de total transparência, é dessa forma e com essa certeza que continuaremos caminhando. Comprometemo-hoje, no exercício da Liderança, de solicitar ao Governo do Estado, Deputado Arilson, todos os esclarecimentos. Mas é importante também destacar alguns pontos: quais foram os questionamentos apontados pelo Tribunal de Contas? Foram três itens principais: a questão do esclarecimento do planejamento da contratação, o quantitativo de pessoal e o orçamento do contrato. Alguns esclarecimentos já foram colocados. O contrato n.º 2146/2024 seguiu as regras determinadas pela Lei n.º 14.133/2021, e pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Usa a metodologia de orçamento por planilha aberta, amparada pelo art. 23, § 4.º, da nova Lei de Licitações, o regime de execução é empreitada pelo preço global, adequado à natureza dos serviços. Variações de número de profissionais alocados são normais em projetos intelectuais complexos; não há subcontratações



proibidas no contrato com a Fapec. Esses esclarecimentos já foram feitos. Mas certamente V.Ex.^a, como todos os Sr.^s Parlamentares e a sociedade paranaense, podem e merecem receber todos os esclarecimentos, e certamente assim o faremos, com a transparência, com a lisura e com a postura convencionada pelo nosso líder maior, Governador Ratinho Junior, que se destaca, não só por essa postura de retidão, de eficiência e competência, mas também pelos seus resultados como um dos melhores Governadores, senão o melhor Governador do Brasil...

Deputado Marcio Pacheco (PP): Permite um aparte?

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): ... o que tem levado o nosso Governador a ser lembrado como postulante, ou como possível candidato a Presidente da nossa Nação. Com a palavra, Deputado Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (PP): Deputado Artagão, o senhor falava em postura do nosso Governador. Quero fazer dois registros que confirmam a vossa palavra. Na semana passada, o Governador Ratinho Junior, na terça-feira, sancionou o nosso Projeto de Lei aprovado aqui na Assembleia Legislativa, estabelecendo no Estado do Paraná o *Abri Verde e Amarelo*, um projeto que legitima ações organizadas dos nossos produtores rurais do agro no enfrentamento às invasões de terras no Estado do Paraná. Como uma certa, talvez uma reação, houve mais uma vez covardemente uma invasão de uma fazenda produtiva nas proximidades de Quedas do Iguaçu e Alto Piquiri. E mais uma vez a firmeza do Governador, a partir da ação enérgica e firme da Polícia Militar, sob o comando do Cel. Jeferson – mais especificamente lá em Cascavel do Cel. Cícero, do 6.^º Batalhão, Coronel Souza, do 5.^º Comando, com ajuda da Polícia Civil, e com, claro, a presença muito próxima do Secretário de Segurança Pública, Coronel Hudson – conseguiu fazer com que todas essas pessoas que haviam invadido a fazenda saíssem da fazenda sem a necessidade de uso de força. Mas é claro, com toda capacidade de



persuasão e pressão para que não aconteçam mais essas invasões de terra no Estado do Paraná. Então, a população de Quedas do Iguaçu, que entrou em contato comigo por meio de todas as suas lideranças, empresários, Presidente da Câmara, Presidente da Caciopar, o Sr. Reni, agradecem muito por essa posição firme, que é simbólica. Porque existe a simbologia do Projeto de Lei, existe a simbologia da invasão e existe a simbologia de um Estado que reage à altura e não permite que haja invasões de terra no Estado do Paraná. O responsável, claro, vai ser indiciado mais uma vez pela Polícia Civil por associação criminosa, por esbulho possessório, invasão de domicílio e também por corrupção de menores, porque é o que eles fazem, aliciam as crianças, aliciam as famílias vulneráveis, vendendo uma ilusão para invadirem terras. Então, quero parabenizar e agradecer ao Governador por essa posição firme, através da Polícia Militar, combatendo na prática as invasões de terra no nosso Estado. Obrigado, Deputado. Parabéns pelo vosso pronunciamento.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR: Obrigado. *Questão de ordem* do Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado Artagão, Senhores Parlamentares, é legítimo qualquer dúvida, o levantamento do bom debate na Assembleia Legislativa sempre é salutar para que possamos trazer as respostas vindas deste Governo que é um exemplo para o Brasil. Agora, também é natural, Deputado Artagão, sabermos que as críticas vão se tornar cada vez mais ácidas ao Governo devido às pesquisas de que estamos tomando conhecimento, na semana passada a pesquisa Quest demonstrou que o Governador do Estado do Paraná já empata com o atual Presidente da República, isso a um ano antes das eleições e sabendo que em muitos estados ainda há desconhecimento sobre o que foi realizado no Estado do Paraná, que se transformou em modelo de gestão para o nosso País. Portanto, é natural recebermos agora, neste período, nesses próximos meses,



algumas críticas, alguns debates mais acalorados, porque, sem dúvida nenhuma, o Estado do Paraná está mostrando um novo caminho para o nosso País. O modelo Paraná, sem dúvida nenhuma, pode ser uma saída para um Brasil que hoje sofre na mão de uma administração incompetente.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Se segura, que o Ratinho vem aí!

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Obrigado pelas manifestações referendando aquilo que falamos. Para finalizar, deixar claro aqui que o Governo incorporará toda e qualquer orientação que o Tribunal de Contas entender necessário ao novo contrato... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Também será feita consulta formal à PGE no que diz respeito ao alinhamento técnico jurídico, considerando os apontamentos do TCE e as particularidades do contrato, que envolve tanto o preço global quanto a composição unitária de custos. Certamente estaremos ao lado, sempre prontos para esclarecimentos que se fizerem necessários.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD),



Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Cláudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP) Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Paulo Gomes da TV (PP) (Req. 1328 - Art. 104, § 1º, inciso I, do Regimento Interno) (1 Parlamentar) Deputados ausentes sem justificativa: Batatinha (MDB), Matheus Vermelho (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT) (5 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 400/2025**, dos Deputados Evandro Araújo e Delegado Jacovós, que altera a redação do art.º 1.º, inciso XLI, Item 1, da Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1960, para redefinir os limites territoriais entre os municípios de Paiçandu e Maringá; **Autuado sob o n.º 401/2025**, do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Cultural Educar Para a Vida – ICEV, com sede no município de Pato Branco; **Autuado sob o n.º 402/2025**, do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública ao Centro Integrado Para o Desenvolvimento do Esporte Amador, com sede no



município de Palmas; **Autuado sob o n.º 403/2025**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de capacitação em primeiros socorros a gestantes e pais durante o pré-natal, incluindo também professoras, professores e profissionais de apoio da educação infantil no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 404/2025**, da Deputada Marli Paulino, que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida legislação paranaense relativa aos direitos da mulher, e cria o Código Estadual da Mulher Paranaense; **Autuado sob o n.º 405/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre o acesso de carrinhos de bebê nos ônibus de transporte público intermunicipal e metropolitano do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 406/2025**, do Deputado Doutor Leônidas, que institui a Política Estadual para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com apraxia de fala na infância (AFI) e de seus familiares, e cria, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Conscientização sobre a Apraxia de Fala na Infância (AFI); **Autuado sob o n.º 407/2025**, do Deputado Doutor Leônidas, que institui no âmbito do Estado do Paraná a Semana de Conscientização, Promoção e Prevenção da Sarcopenia da Pessoa Idosa, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 408/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza a criação do Programa Vida Rara – Fisioterapia e Terapia Ocupacional para Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 409/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública a SOS dos Animais de Mandaguari; **Autuado sob o n.º 410/2025**, da Deputada Ana Júlia, que concede o título de utilidade pública à Biblioteca Amigos do Caximba, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 411/2025**, do Deputado Luis Corti, que institui o Cadastro Estadual de Animais Domésticos no Estado do Paraná e estabelece medidas para sua implementação e fiscalização; **Autuado sob o n.º 412/2025**, do Deputado Luis Corti, que autoriza o fornecimento de serviços públicos essenciais, como energia elétrica e água potável, em áreas objeto de conflito possessório, desde que haja decisão judicial confirmada em



segundo grau que garanta a permanência dos ocupantes no local; **Autuado sob o n.º 413/2025**, do Deputado Luis Corti, que autoriza a instalação de equipamentos públicos com estruturas de fácil reversão em áreas objeto de conflito possessório, desde que haja decisão judicial confirmada em segundo grau que garanta a permanência dos ocupantes no local.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos 3 Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 218/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Arilson Chiorato, Deputado Goura, Deputada Mabel Canto, Deputado Professor Lemos, Deputado Requião Filho, Deputado Tadeu Veneri, Deputada Cristina Silvestri e da Deputada Cloara Pinheiro, que estabelece diretrizes para a proteção e atenção integral aos órfãos do feminicídio no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 186/2025, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública à Associação Amor e Verdade Estrela da Paz, com sede no município de Curitiba.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 273/2025, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, Deputado Alexandre Curi, Deputado Gugu Bueno e da Deputada Maria Victoria, que concede o título de utilidade pública à Equipe de Pedestrianismo Pé Vermelha, com sede no município de Apucarana.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 111/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputada Cristina Silvestri, Deputada Marcia Huçulak, Deputada Mabel Canto, Deputada Marli Paulino, Deputada Maria Victoria,



Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Flávia Francischini, Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Cloara Pinheiro, Deputada Ana Júlia, Deputado Ney Leprevost e do Deputado Artagão Júnior, que institui o Programa Paranaense de Atenção à Saúde no Climatério. Parecer favorável da CCJ com substitutivo geral, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cloara Pinheiro, Marli Paulino, Luiz Cláudio Romanelli, Luciana Rafagnin, Ana Júlia e Maria Victória.) O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 1.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.908, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): A Liderança do Governo orienta o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Presidente, enquanto os Deputados e Deputadas votam, gostaria só de deixar registrada aqui a presença de duas amigas e parceiras, empresárias de Maringá, a Dayane Massa e a Fran, que representa a Sinergi Cooperativa, prestigiando a Sessão nesta tarde de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia,**



Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (40 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Dr. Leônidas, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Marcia Huçulak, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas e Samuel Dantas (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2025.

ITEM 6 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 278/2024, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, Deputado Batatinha, Deputado Gugu Bueno e do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Antônio Kuss. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Voto “sim” ao Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto os nossos colegas votam, com a sua permissão, quero dar as boas-vindas aos nossos dois



Vereadores de Paranavaí, o Vereador Presidente Carlos Augusto e o Vereador Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Maurício Miranda. Sejam bem-vindos à nossa Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (41 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Dr. Leônidas, Goura, Hussein Bakri, Marcia Huçulak, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach e Renato Freitas (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 278/2024.**

Para os Itens 7, 8 e 9 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 7 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 217/2025, de autoria do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública ao Núcleo de apoio à Vida de Maringá - NAVIMAR, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 241/2025, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Associação de



Proteção aos Animais de Candói, com sede no município de Candói. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 308/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Sengés, com sede no município de Sengés. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): A Liderança do Governo orienta o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach e Renato Freitas (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, fazer constar o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1367/2025, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação, requerendo informações sobre a destinação de recursos de publicidade; **Requerimento n.º 1361/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde e para a Secretaria Municipal de Saúde de Imbituva, encaminhando questionamento de um profissional quanto à abertura de vagas para médicos no município de Imbituva /PR, considerando que já possuem aprovação do Governo Federal para contratação pelo Programa Mais Médicos. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1334/2025, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à bióloga Yara Barros, Coordenadora Executiva do projeto Onças do Iguaçu, pelo trabalho realizado na preservação de grandes felinos no Paraná; **Requerimento n.º 1335/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa às pessoas relacionadas, em reconhecimento à sua atuação destacada junto ao Centro Universitário Autônomo do Brasil - UNIBRASIL, seja na condição de



coordenadores de cursos, docentes, gestores ou personalidades que contribuíram significativamente com a trajetória da instituição; **Requerimento n.º 1336/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a construção de acostamento na PR-484 Rodovia Félix Feiwisch Lerner, mais precisamente no trecho que compreende o acesso ao Distrito de Alto Alegre, no município de Três barras do Paraná; **Requerimento n.º 1337/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao 20.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, requerendo análise e viabilidade do aumento de rondas na região da Rua Carmelitas, no bairro Boqueirão, Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1338/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, requerendo a análise e viabilidade de medidas para a contratação ou a alocação de Médico Pediatra na Unidade de Saúde Uberaba de Cima; **Requerimento n.º 1339/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Urbanização de Curitiba S/A - URBS e a Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo melhorias na linha do Interbairros IV; **Requerimento n.º 1340/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, requerendo a análise e viabilidade implantação de redutor de velocidade na Rua Raposo Tavares, no trecho entre a Rua 25 de abril e Rua Manoel Antônio Becker, no bairro Pilarzinho; **Requerimento n.º 1341/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, requerendo providências para a poda de galhos ou remoção de árvores frutíferas localizadas em imóvel público na Rua Cap. Guilherme Bianchi n.º 421, bairro Cajuru; **Requerimento n.º 1342/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, Departamento de Limpeza Pública, requerendo providência para a limpeza do monumento e manutenção da iluminação da Estátua do Filósofo Chinês Confúcio no Largo da China, no Centro Cívico; **Requerimento n.º 1343/2025**, do Deputado Doutor



Antenor, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Professores homenageados relacionados, em reconhecimento à notável contribuição acadêmico - científica; **Requerimento n.º 1344/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa, em reconhecimento aos homenageados relacionados em contribuição significativa para o desenvolvimento do município de Quitandinha; **Requerimento n.º 1345/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o II.^{mo} Sr. Luiz Antônio Pereira Machado, por conquistar o 3.^º lugar na categoria C1Sub23 no Pan - Americano de Canoagem de 2024; **Requerimento n.º 1346/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações pelos 30 anos de fundação do Jornal Noroeste, do município de Nova Esperança, representando por seus Diretores -- Proprietários Alexxander Fernandes França, Osvaldo da Costa Paiva Filho e José Antônio Rodrigues da Costa; **Requerimento n.º 1347/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, encaminhando análise e eventuais providências, solicitação da Associação Brasileira das Ilhas Turísticas - ABITUR, referente à sugestão de medida que fomentará e promoverá o turismo junto a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - Portos do Paraná; **Requerimento n.º 1348/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à Clínica Cavalcanti, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área de Medicina e pelo Pioneirismo de seu sócio Dr. Manoel Cavalcanti, na especialidade da cirurgia plástica do Paraná; **Requerimentos n.ºs 1354 e 1356/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para; o Pastel da BR; e Pastel da Manhã; **Requerimentos n.ºs 1357 e 1364/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. Gedeon Andrade dos Santos e a Sr.^a Denise Dias Resende Andrade, pelo aniversário de casamento; ao Círculo de Oração Rosa de Saron, da Congregação Santa Inês – Igreja



Evangélica Assembleia de Deus, em alusão ao seu Jubileu de Ouro, que há 50 anos é integrado por valorosas mulheres que formam a coluna de oração da Igreja; **Requerimento n.º 1358/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para o Diretor-Presidente da Sanepar, Sr. Wilson Bley Lipski, conforme específica; **Requerimento n.º 1359/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Afonso Kais, em reconhecimento à sua contribuição significativa para o desenvolvimento do município de Quitandinha; **Requerimento n.º 1360/2025**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Pedro Evangelista da Silva (Pedro Bala), fundador do Jornal o Repórter; **Requerimento n.º 1362/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente para o Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, conforme específica; **Requerimento n.º 1363/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Superintendente Regional do Dnit - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no estado do Paraná, requerendo informações e medidas emergenciais e estruturantes na Ponte Airton Sena, localizada na BR-163, na divisa entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul; **Requerimentos n.ºs 1365 e 1369/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa: ao Movimento Apostólico de Schoenstatt, pelos 75 anos do Santuário da Mãe e Rainha de Schoenstatt, Tabor da Esmagadora de Serpente; ao Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade de Londrina do Paraná, pela comemoração dos 65 anos de educação pública, gratuita, de qualidade e de excelência na formação dos alunos; **Requerimento n.º 1366/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de menção honrosa à Defensoria Pública do Estado do Paraná, em reconhecimento à relevante iniciativa institucional do Programa Ampara – Atendimento a Mulher Paranaense; **Requerimento n.º 1368/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Educação do



Paraná, requerendo a construção de um novo Colégio Estadual na sede do município de Santa Helena, no bairro Cidade Alta; **Requerimento n.º 1370/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, na condição de Personalidade que contribuiu significativamente com a trajetória do Unibrasil.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1349/2025**, dos Deputados Requião Filho, Arilson Chiorato e Goura, requerem a inclusão dos Deputados Arilson Chiorato e Goura como coautores do Projeto de Lei n.º 394/2025, de autoria do Deputado Requião Filho e demais Parlamentares; **Requerimento n.º 1350/2025**, dos Deputados Requião Filho e Arilson Chiorato, requerem a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor do Projeto de Lei n.º 393/2025, de autoria do Deputado Requião Filho e demais Parlamentares; **Requerimento n.º 1351/2025**, dos Deputados Marcelo Rangel e Cobra Repórter, requerem a inclusão do Deputado Marcelo Rangel como coautor do Projeto de Lei n.º 276/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Requerimento n.º 1352/2025**, dos Deputados Ney Leprevost e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Ney Leprevost como coautor do Projeto de Lei n.º 351/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1353/2025**, do Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 9, 10 e 11 de junho de 202 e na reunião da Comissão de Constituição e Justiça do dia 10 de junho de 2025.



Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1355/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de junho de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras Sessões Ordinárias para amanhã, dia 10, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** **Sessão Ordinária de terça-feira:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 278/2024, 217/2025, 241/2025 e 308/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 111/2024 e 263/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 337/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 94/2025 e 295/2025; **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 111/2024, 94/2025, 263/2025 e 295/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/2025, 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 337/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 336/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 252/2025 e 326/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h56, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)